



TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2021

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO AZUL - ESTADO DO PARANÁ E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO AZUL - APAE - VISANDO O REPASSE DE VALORES PARA IMPLEMENTAÇÃO E A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, OFERTA DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ESPECIAL PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS NA ENTIDADE E NO DOMICÍLIO DO USUÁRIO, COM RECURSOS MUNICIPAIS E FEDERAIS, ESTES ÚLTIMOS CONFORME TERMO DE RESPONSABILIDADE FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO AZUL E A SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

De um lado o **MUNICÍPIO DE RIO AZUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, como sede à Rua Guilherme Pereira, nº 482, inscrito no CNPJ nº 75.963.256/0001-01, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. **LEANDRO JASINSKI**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 8.554.510-8 - SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 049.075.609-31, residente e domiciliado na Avenida Manoel Ribas, nº 1907, MD 01, cidade de Rio Azul, Estado do Paraná, CEP: 84.560-000, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIO AZUL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.046.265/0001-18, com sede na Rua Cafiero Corsi, nº 196, cidade de Rio Azul, Estado do Paraná, CEP: 84.560-000, neste ato representada por seu Presidente, Sra. **IVONE MARIA BOROX BONOTTO**, brasileira, casada, Professora, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 7.769.417-3 SSP-PR, inscrito no CPF sob o nº 943.809.709-06, residente e domiciliada na Rua José Pissaia, nº 648, cidade de Rio Azul, Estado do Paraná, CEP: 84.560-000, doravante denominada de **ENTIDADE**, resolvem firmar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fulcro no art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição Estadual, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 13.019/2014, de 31/07/2014, do Decreto Municipal nº 23/2017, de 31/01/2017 e demais atos normativos do Poder Público.



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração em regime de mútua cooperação, tem por objeto a implementação e a execução do Programa de Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência, oferta de Serviços de Proteção Social Especial para a pessoa com deficiência e suas famílias na entidade e no domicílio do usuário, com recursos municipais e federais, estes últimos conforme termo de responsabilidade firmado entre o **MUNICÍPIO DE RIO AZUL** e a **SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**.

§1º - O objeto do presente Termo constitui o custeio parcial das despesas realizadas com pagamento de funcionários e encargos sociais do quadro da instituição/entidade, a serem custeados com recursos municipais, e aquisição de materiais de limpeza e produtos de higienização, estes custeados com recursos federais, conforme plano de trabalho e aplicação.

§2º - Em contraprestação a entidade deverá:

- a) Oferecer atendimento, acolhida, apoio e orientação sociofamiliar com profissionais especializados, destinado aos usuários e respectivas famílias, visando a acolhida, escuta, estudo social, encaminhamento e acompanhamento para a rede de serviços, articulando com a rede socioassistencial e com o sistema de garantia de direitos e demais políticas públicas;
- b) Ofertar atendimento psicossocial para usuários e suas famílias, com encontros mensais, visando criar estratégias de apoio mútuo, promoção da convivência, reconstrução e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, fortalecendo a participação das famílias na entidade e mobilizando os participantes para o exercício da cidadania;
- c) Ofertar atividades com foco na promoção da autonomia e independência dos usuários nas atividades da vida diária e da vida prática, bem como, sua inclusão social, durante o ano letivo de 2020, para os usuários, podendo acontecer com encontros semanais;
- d) Desenvolver ações socioeducativas por meio de atividades esportivas, recreativas, culturais e de lazer para usuários, com o objetivo de estimular a convivência grupal, potencializando habilidades esportivas e de expressão corporal, superação de limites, estimulando a socialização;
- e) Promover ações de defesa e garantia de direitos, buscando a garantia e pleno acesso aos Direitos no conjunto das provisões socioassistenciais, em parceria com o sistema de garantia de Direitos, como Secretaria Municipal de Educação, Ministério Público, Conselho Tutelar e outros;
- f) Encaminhar bimestralmente à Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação e ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Educação relatório de atendimento.

§3º - Integra o presente Termo de Colaboração, independentemente de transcrição literal, as disposições constantes no Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante e indissociável deste Termo.



§4º - Para todos os efeitos, fica declarado, no presente termo, que o objeto acima referido e sua respectiva execução, estão em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O valor do presente termo será no montante de **R\$ 173.256,23 (cento e setenta e três mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e três centavos)**, cujo montante obriga o **MUNICÍPIO** a proceder ao repasse para a **ENTIDADE** nas seguintes condições, de acordo com o plano de trabalho apresentado e aprovado:

A) RECURSOS MUNICIPAIS: R\$ 171.855,31

| Parcela | Parcela 01 | Parcela 02 | Parcela 03 | Parcela 04 |
|---------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Mês | Março/2021 | Abril/2021 | Maió/2021 | Junho/2021 |
| Valor | R\$ 15.623,21 | R\$ 15.623,21 | R\$ 15.623,21 | R\$ 15.623,21 |

| Parcela | Parcela 05 | Parcela 06 | Parcela 07 | Parcela 08 |
|---------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Mês | Julho/2021 | Agosto/2021 | Setembro/2021 | Outubro/2021 |
| Valor | R\$ 15.623,21 | R\$ 15.623,21 | R\$ 15.623,21 | R\$ 15.623,21 |

| Parcela | Parcela 09 | Parcela 10 |
|---------|---------------|---------------|
| Mês | Novembro/2021 | Dezembro/2021 |
| Valor | R\$ 15.623,21 | R\$ 31.246,42 |

B) RECURSOS FEDERAIS: R\$ 1.400,92

| Parcela | Parcela única |
|---------|---------------|
| Mês | Março/2021 |
| Valor | R\$ 1.400,92 |

§1º - As parcelas serão liberadas até o dia 30 (trinta) de cada mês.

§2º - Havendo constatação de irregularidade na prestação de contas da parcela apresentada, ficarão suspensos os repasses das parcelas subsequentes, até que a irregularidade seja sanada ou o recurso restituído aos cofres públicos.

§3º - As parcelas relativas ao item B originam-se de repasses realizados pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social – Ministério da Cidadania referente aos meses de 09/2020 à 12/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo terá vigência de 05 de março de 2021 e término em 31 de janeiro de 2022.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

RIO AZUL

GOVERNO MUNICIPAL



Ficam estabelecidas as seguintes obrigações:

I - Compete ao **MUNICÍPIO DE RIO AZUL**:

- a) Repassar os valores descritos na cláusula segunda para a **ENTIDADE**, os quais serão depositados na **Conta Corrente nº 6164-6, da Agência 4787-2, do Banco do Brasil**;
- b) Apreciar a prestação de contas apresentada;
- c) Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da **ENTIDADE** pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por eventuais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- d) Comunicar formalmente à **ENTIDADE** qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto, fixando-lhe, quando não pactuado neste Termo de Colaboração, prazo para corrigi-la;
- e) Aplicar as penalidades previstas em Lei ou neste Termo de Colaboração.

II- Compete à **ENTIDADE**:

- a) Aplicar e movimentar os recursos recebidos de conformidade com as cláusulas estabelecidas neste termo, fazendo-o em conta bancária específica;
- b) Responsabilizar-se integral e exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- c) Responsabilizar-se integral e exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- d) Apresentar relatórios de execução de transferências voluntárias, ou seja, dos recursos recebidos e metas, nos prazos e formas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e demais atos normativos pertinentes;
- e) Proceder com a restituição de eventual saldo de recurso ao Concedente, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, quando da conclusão do objeto ou extinção do Termo de Colaboração;
- f) Proceder com a restituição do valor transferido, atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da lei, nos seguintes casos:
 - inexecução do objeto do presente termo;
 - não apresentação, no prazo legal, da prestação de contas;
 - utilização de recursos em finalidade diversa da estabelecida neste termo.
- g) observar a obrigatoriedade de licitação, em sendo o caso, ou cotação de preços, caso inexistente a obrigação de licitar.

§1º - Quando do processo de liquidação e pagamento, deverá haver menção expressa ao número e data da nota de empenho, de acordo com a classificação das despesas orçamentárias.



§2º - Caso decorram investimentos do presente termo com respectiva cobertura com despesas em exercícios futuros, deverá haver a respectiva consignação no Plano Plurianual, ou em prévia lei que autorize e fixe o montante das dotações que, anualmente, constarão do Orçamento durante o prazo de execução.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO

As despesas realizadas com recursos desta transferência deverão obedecer aos princípios aplicáveis à administração pública que comprovem a observância dos princípios da moralidade, impessoalidade, da economicidade, da isonomia, da eficiência e da eficácia, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, de 31/07/2014, do Decreto Municipal nº 23/2017, de 27 de janeiro de 2017 e atos normativos do TCE/PR.

§1º - As despesas decorrentes do presente termo onerarão a seguinte despesa orçamentária:

| DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS | | | |
|------------------------|-------|---|-------|
| Exercício | Conta | Funcional Programática | Fonte |
| 2021 | 1100 | 06.002.08.241.0801-2018 3.3.50.43.00.00 | 000 |
| 2021 | 1120 | 06.002.08.241.0801-2020 3.3.50.43.00.00 | 000 |
| 2021 | 1130 | 06.002.08.241.0801-2020 3.3.50.43.00.00 | 941 |

§2º - A dotação orçamentária relativa à Conta 1100, Funcional Programática 06.002.08.241.0801-2018 3.3.50.43.00.00, Fonte 000, refere-se ao cumprimento pelo Município de Emenda apresentada pelos Vereadores, conforme Artigo 121-A da Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido, no caso de seu descumprimento total ou parcial, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

§ 1º - Poderá o **MUNICÍPIO**, no caso de descumprimento comprovado do Termo proceder a sua rescisão, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

§ 2º - Poderão as partes signatárias, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, denunciar ou rescindir o presente Termo de Colaboração, imputando-se-lhes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenham vigido e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período

§ 3º - O descumprimento deste Termo de Colaboração, como acima referido, bem como, a aplicação em despesas não previstas, tornará sua devolução dos valores por inteiro e de uma só vez, atualizados monetariamente e acrescidos de juros na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Municipal, a partir da data do recebimento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da comunicação efetuada para tal fim.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

RIO AZUL

GOVERNO MUNICIPAL



A Organização da Sociedade Civil deverá prestar contas da regular aplicação dos recursos recebidos na forma e nos prazos estabelecidos pela Lei 13.019, de 31/07/2014, bem como, nas resoluções e instruções emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º - A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

I - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

II - Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

III - A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

IV - A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração.

§ 2º - A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

§ 3º - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela Organização da Sociedade Civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

CLÁUSULA OITAVA – DA GUARDA DOS DOCUMENTOS

Independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo após o seu julgamento, a **ENTIDADE** deverá preservar todos os documentos originais relacionados ao presente Termo de Colaboração em local seguro e em bom estado de conservação, agrupados em processos individuais, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A **ENTIDADE** reconhece expressamente a prerrogativa do **MUNICÍPIO DE RIO AZUL** de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução deste



Termo, bem como, de assumir ou transferir a responsabilidade em caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço, quando isso for necessário.

§ 1º - A **ENTIDADE** reconhece e garante, ainda, o livre acesso do Gestor, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, dos servidores do Controle Interno do **MUNICÍPIO**, além dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a qualquer tempo e lugar, em todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este termo quando nas missões de fiscalização e auditoria.

§ 2º - Compete ao Gestor da parceria, nomeado através do Decreto nº 66/2021:

I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - comunicar ao superior hierárquico a existência de indícios de irregularidades;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parciais e final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação, devendo obrigatoriamente mencionar:

a) os resultados já alcançados e seus benefícios;

b) os impactos econômicos ou sociais, e

c) o grau de satisfação do público-alvo.

§ 3º - Compete à Comissão de Monitoramento de Avaliação, nomeada através do Decreto nº 65/2021:

I – analisar e fiscalizar o andamento da parceria;

II – emitir relatório técnico contendo:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;

d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo;

e) análise dos documentos comprobatórios referente às visitas in loco realizadas pela Comissão;

f) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles internos e externos, quando houver no âmbito da fiscalização preventiva, bem como, de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS TRIBUTOS/ENCARGOS SOCIAIS

Havendo incidência de quaisquer tributos e encargos sociais, sobre os valores pagos a **ENTIDADE**, será esta a única responsável por sua quitação, exceto aqueles decorrentes da



contratação de pessoal quando autorizada neste Termo, ficando o **MUNICÍPIO** isento de qualquer responsabilidade fiscal/tributária/previdenciária.

Parágrafo único. Fica também, o Município de Rio Azul, isento de qualquer responsabilidade Civil ou Criminal oriunda da prestação dos serviços, objeto deste Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS

A comprovação das despesas efetuadas se dará por notas fiscais e demais documentos comprobatórios, revestidos das formalidades legais, os quais deverão conter, além da descrição do bem ou do serviço adquirido, expressa menção ao número do Termo de Colaboração, seguido do ano e do nome ou da sigla do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas vigentes, o **MUNICÍPIO**, garantida a prévia defesa, aplicará à **ENTIDADE** as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de colaboração ou termos de fomento e contratos com o **MUNICÍPIO**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de colaboração ou termos de fomento e contratos com órgãos e entidades, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

§ 1º As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de aplicação da penalidade.

§ 2º Prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§ 3º A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste termo fica eleito o foro da Comarca de Rebouças, Estado do Paraná, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa, com a participação da Procuradoria Jurídica do Município.

RIO AZUL

GOVERNO MUNICIPAL




E por ser a vontade das partes e validade do que foi ajustado, lavra-se o presente termo em três vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes e duas testemunhas.

Rio Azul-PR, 05 de março de 2021.


LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal


IVONE MARIA BOROX BONOTTO
Presidente

Testemunhas:


CIDIMAR RIBEIRO
RG: 8.735.928-0
CPF: 048.193.749-82
OAB/PR 56.966


JACIEL POROCHNIAK
RG: 7.965.072-2
CPF: 038.354.319-35